



A CONFERÊNCIA DE MINNEAPOLIS DE 1888 E A TEOLOGIA DA RECEPÇÃO: UMA LEITURA HISTÓRICO-TEOLÓGICA

The 1888 Minneapolis Conference and Reception theology: a historical-theological Reading

Reuberson Rodrigues Ferreira*

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Naftali Guerra*

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

DOI: 10.29327/256659.16.2-18

Resumo: este artigo analisa a recepção da Conferência de Minneapolis de 1888 na Igreja Adventista do Sétimo Dia à luz da Teologia da recepção. Parte-se do pressuposto de que a mensagem da justificação pela fé apresentada por Waggoner e Jones, com apoio de Ellen White, desencadeou um processo dinâmico de apropriação teológica. Com base em autores como Congar, Brighenti e Thillard, identificam-se quatro etapas nesse percurso: tensão inicial, silenciamento, redescoberta e pluralismo. Conclui-se que a recepção da mensagem de 1888 permanece em curso, desafiando a Igreja a uma renovação de sua experiência com a justiça de Cristo.

Palavras-chave: Teologia da recepção; Adventismo; Conferência de Minneapolis.

* Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro do Grupo de Pesquisa Religião e Política no Brasil Contemporâneo (CNPq) da CEHILA-BR e do Observatório Eclesial Brasil. Professor do Programa de Estudos Pós-graduados em Teologia da PUC-SP. E-mail: ferreirarr@pucsp.br

* Doutorando em Teologia Cristã pela PUC-SP. Mestre em Teologia Cristã pela mesma instituição. Também é Mestre em Teologia (*intra corpus*) pelo SALT – UNIAENE, graduado em teologia pelo SALT – UNASP. Participa do Grupo de Pesquisa em Literatura Joanina (LIJO, PUC-SP). E-mail: naftaliguerra35@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Conferência de Minneapolis de 1888 ocupa um lugar singular na memória e na história da Igreja Adventista do Sétimo Dia (Stencel, 2009. p. 10; Pereyra, 2009. p. 103). Realizada em um momento de consolidação doutrinária e institucional da denominação, a conferência ficou marcada pela apresentação da mensagem de justificação pela fé por meio de Ellet Joseph Waggoner e Alonzo Trévier Jones, com apoio declarado de Ellen Gould White (KNIGHT, 2003, p. 72). A recepção dessa mensagem, no entanto, foi ambígua: gerou entusiasmo e aceitação por parte de alguns, resistência e rejeição por parte de outros (Knight, 2003, p. 129-130; Rocha, 2009, p. 29; Zukowski, 2011, p. 36).

Diante desse fato, este artigo tem como objetivo analisar a recepção da Conferência de Minneapolis de 1888 à luz da Teologia da recepção, abordagem sistematizada no contexto pós-Vaticano II, especialmente a partir das contribuições de Yves Congar. Embora originalmente desenvolvida para refletir sobre a recepção dos concílios e da tradição no seio da Igreja Católica, esta perspectiva será aqui aplicada como ferramenta hermenêutica para a análise histórico-teológica da resposta adventista à mensagem de 1888. A proposta é examinar como essa mensagem foi acolhida, rejeitada, esquecida ou redescoberta ao longo do tempo, evidenciando os processos internos de recepção no contexto da comunidade adventista.

Justifica-se este estudo, pois a abordagem tradicional da Conferência de 1888 tende a se concentrar nos eventos imediatos e nos principais personagens envolvidos, oferecendo uma análise doutrinal, factual e documental. Contudo, a pergunta sobre como essa mensagem foi recebida e reinterpretada ao longo do tempo permanece insuficientemente explorada. A Teologia da recepção permite lançar luz não apenas sobre o que foi dito, mas também sobre como foi ouvido e que tipo de transformações eclesiológicas, doutrinárias e espirituais emergiram dessa audição.

Para se chegar a esse resultado, a metodologia adotada neste artigo combina uma abordagem histórica com a perspectiva hermenêutica da Teologia da recepção. Serão analisadas fontes que tratam da Conferência de 1888 e sua repercussão. A análise será estruturada em etapas históricas, identificando os principais momentos, discursos e resistências, para então extrair implicações teológicas e hermenêuticas.

O artigo está dividido em seis seções. Após esta introdução, a segunda parte apresenta os fundamentos teóricos da Teologia da recepção. A terceira seção contextualiza a Conferência

R. Rodrigues Ferreira; Naftali Guerra – A Conferência de Minneapolis...

de 1888. A quarta analisa, em etapas, a recepção adventista da mensagem de 1888. A quinta seção propõe implicações teológicas e hermenêuticas da abordagem adotada. Por fim, a sexta apresenta as considerações finais e sugestões para pesquisas futuras.

TEOLOGIA DA RECEPÇÃO: CONCEITOS E APLICAÇÕES

Após o Concílio Vaticano II, percebeu-se que o evento não havia produzido apenas documentos, mas inaugurado uma nova forma de pensar a Igreja, o mundo e a relação entre ambos. Contudo, os frutos do Concílio não se esgotariam no próprio acontecimento, mas dependeriam da recepção de seus ensinamentos pelos fiéis, pelas comunidades e pelas instituições eclesiais.

Com o objetivo de analisar e sistematizar teoricamente esse fenômeno, em 1972, Yves Congar consagrou a recepção como uma categoria teológica (Souza, 2019, p. 737). Seu foco concentra-se no modo como as decisões conciliares são acolhidas, interpretadas e incorporadas pela Igreja em diferentes níveis e contextos. Assim, a Teologia da recepção se apresenta como uma chave hermenêutica fundamental para compreender os desdobramentos dos concílios ecumênicos ao longo do tempo. Seu ponto de partida central é que “receber” um concílio não é apenas obedecer juridicamente às suas normas, mas incorporar suas ideias, estilo e ensinamentos no cotidiano da vida cristã (*regula fidei e sensus fidei*). Isso envolve mudanças institucionais, mudanças de mentalidade e transformações práticas no magistério, nos fiéis e especialmente nos leigos (*metanoia*).

A recepção, portanto, é um processo teológico e hermenêutico que envolve certa complexidade e uma série de variáveis a depender de cada contexto (Brighenti, 2019, p. 44-50; Souza, 2019, p. 737). Para Brighenti (2019, p. 42),

há na Igreja, uma ‘re-recepção’ contínua e necessária, na medida em que ela precisa reapropriar-se continuamente do Dom de Deus [...]. Ela recebe de uma maneira sempre renovada e adaptada as novas circunstâncias do mundo que a envolve. Por sua vez ela deve sempre propor as determinações dogmáticas de maneira renovada, conservando a substância integral da mensagem.

Yves Congar, um dos principais articuladores da eclesiologia contemporânea, concebe a Teologia da recepção como: “[...] o processo pelo qual um corpo eclesial torna sua, na verdade, uma determinação que ele próprio não se concedeu, ao reconhecer, na medida promulgada, uma regra apropriada à sua existência” (Congar, 1972, p. 254). Ele foi pioneiro ao propor que a

R. Rodrigues Ferreira; Naftali Guerra – A Conferência de Minneapolis...

Tradição deve ser compreendida não como algo estático, mas como uma realidade viva, dialógica e em constante atualização.

Para Congar, a fidelidade à Tradição não exclui mudanças; ao contrário, uma Tradição autêntica comporta atualizações que, embora respondam às exigências de cada tempo, preservam a substância da fé cristã. O autor afirma: “o Espírito renova sem cessar o dado, mas não cria um outro substancialmente diferente” (Congar, 1972, p. 284). Rejeitando qualquer forma de tradicionalismo rígido, Congar propõe uma concepção dinâmica da Tradição: aberta ao novo, mas enraizada no Evangelho. Essa perspectiva oferece os fundamentos teológicos para compreender a recepção conciliar como um processo que articula continuidade e renovação visando sempre o consenso dos fiéis — o que ele chama de “conciliaridade profunda da Igreja” (Congar, 1972, p. 287).

J. M. R. Thillard, por sua vez, aprofunda esse pensamento ao enfatizar que a recepção “tem a ver com a comunhão entre todos os membros do Povo de Deus, sobre a base do *sensus fidelium*”. Para ele, “é pela comunhão que se faz a verdade”. A recepção trata-se, portanto, de “um lento processo espiritual, em que verdades afirmadas vão se infiltrando na vida das igrejas locais”. Nesse sentido portanto envolve “apelo ao *sensus* da comunidade e de seus membros” (Thillard *apud* Brighenti, 2009, p. 43).

A Teologia da recepção, como sistematização teórica, é uma construção relativamente recente no campo teológico, especialmente consolidada após o Concílio Vaticano II (Souza, 2019, p. 737). No entanto, o processo que ela busca descrever está presente na vida da Igreja desde seus primórdios. Em outras palavras, a Igreja sempre recebeu, ainda que nem sempre tenha nomeado ou refletido teologicamente sobre essa recepção (Brighenti, 2019, p. 41; Souza, 2019, p. 736).

Desde o Novo Testamento, é possível observar que a comunidade cristã não apenas recebeu a revelação divina, mas também passou por um processo de interpretação e apropriação progressiva dessa revelação em diferentes contextos históricos e culturais (Brighenti, 2019, p. 41). A própria formação do cânon bíblico, os concílios ecumênicos, as controvérsias cristológicas, as reformas, os avivamentos e os movimentos de renovação ao longo da história são exemplos claros de momentos em que a Igreja discerniu e acolheu de maneira viva e contextualizada (Souza, 2019, p. 736).

A Teologia da recepção, portanto, não cria esse processo, mas o torna consciente, crítico e teologicamente articulado. Ela busca compreender como e em que condições a Igreja acolhe

R. Rodrigues Ferreira; Naftali Guerra – A Conferência de Minneapolis...

a verdade da fé, reconhecendo a ação do Espírito não apenas na emissão da doutrina, mas também na sua recepção pelo povo de Deus. Ela torna-se, assim, uma via de verificação e validação teológica, uma vez que a verdade, para ser plenamente eclesial, precisa ser recebida, vivida e reconhecida pela comunidade de fé ao longo do tempo.

Dessa forma, ainda que tenha se desenvolvido inicialmente em ambiente católico, em diálogo com a eclesiologia do Vaticano II (Souza, 2019, p. 737), a Teologia da recepção não está limitada a esse contexto confessional. Ao contrário, ela oferece categorias analíticas e hermenêuticas que podem ser aplicadas a qualquer tradição cristã que compreenda a revelação como processo dinâmico de escuta e resposta, e que reconheça a Igreja como um organismo vivo que cresce no entendimento da fé.

Nesse sentido, sua aplicação a contextos não católicos é plenamente legítima e teologicamente frutífera. Em situações como a Conferência de Minneapolis de 1888, por exemplo, a Teologia da recepção permite explorar como uma comunidade cristã — neste caso, a Igreja Adventista do Sétimo Dia — respondeu a uma convocação espiritual, discerniu um apelo teológico, e ao longo do tempo, interpretou sua experiência à luz da ação do Espírito e da maturidade eclesial. Assim, a recepção é, antes de tudo, uma realidade eclesial universal. A Teologia da recepção apenas torna visível e inteligível um processo que sempre esteve presente, fornecendo um vocabulário teológico e uma estrutura de análise que podem servir a toda a cristandade.

Nesse sentido, este estudo propõe uma revisão histórica à luz da Teologia da recepção, com o objetivo de compreender como a mensagem da justificação pela fé — apresentada por Ellet Joseph Waggoner e Alonzo Trévier Jones, e apoiada por Ellen Gould White — foi acolhida, interpretada e vivida pela comunidade adventista desde a Conferência de 1888 até os dias atuais. Para fins de delimitação, este estudo concentrará sua análise do fenômeno da recepção da mensagem de 1888 prioritariamente no contexto da América do Norte, onde tal mensagem foi inicialmente apresentada e onde se desenvolveram os primeiros debates teológicos e eclesiológicos a seu respeito. Ressalta-se, contudo, que o processo de recepção é, por natureza, dinâmico e condicionado por múltiplos fatores históricos, sociais e culturais (Brighenti, 2019, p. 44-48).

Assim, o modo como essa mensagem foi acolhida, interpretada e vivida pode variar significativamente em diferentes regiões do mundo. Essa constatação evidencia a complexidade do fenômeno da recepção, uma vez que distintas geografias e contextos

R. Rodrigues Ferreira; Naftali Guerra – A Conferência de Minneapolis...

culturais moldam diferentes respostas interpretativas e práticas ao mesmo conteúdo teológico (Brighenti, 2019, p. 44-48). Portanto, embora este artigo se concentre na trajetória da recepção da mensagem da justificação pela fé no contexto norte-americano, reconhece-se que há um campo amplo e promissor para pesquisas futuras que explorem esse processo em outros contextos, como a América do Sul, a Europa Oriental ou o continente asiático. Ao focar o contexto norte-americano, o objetivo é tornar visível o percurso da recepção dessa mensagem dentro da Igreja Adventista do Sétimo Dia, identificando suas principais tensões, resistências, avanços e reinterpretações ao longo do tempo.

A CONFERÊNCIA DE MINNEAPOLIS DE 1888: UM BREVE PANORAMA

Essa seção propõe um breve panorama da Conferência de Minneapolis, buscando identificar quais foram as principais proposições colocadas em pauta, os elementos doutrinários e históricos que a antecederam e os proponentes das questões debatidas. A intenção é situar, com clareza, o conteúdo teológico que será analisado no processo de recepção. Desde suas origens no século XIX, a Igreja Adventista do Sétimo Dia assumiu uma postura distinta no cenário protestante, especialmente por sua ênfase na vigência contínua da Lei de Deus, com destaque para o quarto mandamento — a guarda do sábado do sétimo dia. Essa posição foi central na identidade doutrinária e na missão evangelística do movimento, que via a proclamação dos Dez Mandamentos como parte integrante da mensagem dos três anjos de Apocalipse 14, preparando o mundo para o juízo final (Knight, 2003, p. 113-114).

Para oferecer suporte a essa crença, especialmente diante de declarações supostamente contrárias à lei nos escritos paulinos, tornou-se comum no adventismo o estabelecimento de uma dicotomia entre “leis morais” e “leis cerimoniais”. Segundo essa proposição, a Lei moral refere-se aos Dez Mandamentos, escritos pelo próprio Deus em tábuas de pedra (Êxodo 20). Esta é considerada eterna, imutável, vinculativa para toda a humanidade e continua plenamente em vigor. Por sua vez, a Lei cerimonial engloba os regulamentos dados a Israel por intermédio de Moisés, que tratavam de sacrifícios, festas judaicas, alimentos, rituais de purificação, entre outros. Essa lei era vista como tipológica, apontando para Cristo, portanto, cumprida e abolida na cruz (Knight, 2003, p. 36; Stencel, 2009, p. 14-15).

Dessa forma, declarações de Paulo supostamente enfatizando a transitoriedade da lei eram consideradas referências específicas à lei cerimonial e não a lei moral, tornando a referida

R. Rodrigues Ferreira; Naftali Guerra – A Conferência de Minneapolis...

dicotomia um recurso hermenêutico considerado indispensável à defesa da vigência do sábado e da obediência à lei moral (Knight, 2003, p.37). Contudo, ao longo das décadas que se seguiram ao desapontamento de 1844 e à organização da Igreja em 1863, essa ênfase na lei começou a se desenvolver em direção a um legalismo prático e teológico (Rodor, 2009, p. 87; Paroschi, 2009, p. 154). Embora os pioneiros afirmassem crer na salvação pela graça, na prática muitos adventistas passaram a associar a aceitação divina à obediência estrita à lei, especialmente ao sábado (Paroschi, 2009, p. 154; Wolter, 2009, p. 48). Segundo a interpretação de grande parte dos adventistas da época, a justificação pela fé se aplicava apenas aos pecados cometidos no passado (Paroschi, 2009, p. 154); a partir desse ponto, a justificação dependeria da fidelidade à lei (Knight, 2003, p. 92). Esse contexto criou um terreno fértil para tensões internas, que culminaram na Conferência de Minneapolis de 1888, realizada durante a sessão da Associação Geral daquele ano. Foi ali que os jovens teólogos Ellet Joseph Waggoner e Alonzo Trévier Jones desafiaram a tendência dominante ao apresentarem uma mensagem centrada na justificação pela fé e na suficiência da justiça de Cristo (Paroschi, 2009, p. 155).

Um dos pontos mais controversos da apresentação de Waggoner foi sua interpretação da epístola aos Gálatas. Como já referido, tradicionalmente, os adventistas haviam interpretado que a “lei” mencionada por Paulo em Gálatas se referia exclusivamente à lei cerimonial, uma vez que Paulo afirma que “não estamos debaixo da lei” (Rm 6:14; Gl 5:18). Essa leitura protegia a vigência da lei moral, especialmente do sábado, contra os ataques do protestantismo antinomista da época (Stencel, 2009, p. 14, 20).

Contudo, Waggoner propôs que a “lei” em Gálatas incluía também a lei moral — não para negá-la ou aboli-la, mas para mostrar que nem mesmo essa lei pode justificar o pecador (Knight, 2003, p. 37-38). Sua intenção era destacar que as obras eram importantes, mas são o resultado e não a causa da salvação (Rocha, 2009, p. 29; Suárez, 2009, p. 107). Para ele, o ser humano nada pode fazer para ganhar a salvação e ninguém pode tornar-se bom obedecendo à lei (Suárez, 2009, p. 106). Essa proposta chocou muitos líderes adventistas tradicionais, como Uriah Smith e George Ide Butler (respectivamente presidente e secretário da denominação), que temiam que tal interpretação abrisse margem para a rejeição da lei moral — e, por consequência, do sábado. Eles viam a posição de Waggoner e Jones como uma ameaça à identidade distintiva adventista e à luta histórica contra o protestantismo dominante, que rejeitava a guarda sabática (Knight, 2003, p. 38-39; Zukowski, 2011, p. 35).

R. Rodrigues Ferreira; Naftali Guerra – A Conferência de Minneapolis...

A tensão teológica revelou, na verdade, uma crise mais profunda: o perigo de uma religião baseada no desempenho humano, na qual a obediência à lei era entendida mais como uma exigência pesada do que como uma resposta amorosa à graça de Deus. Ellen Gould White, considerada profetiza pela denominação, esteve presente à conferência, reconheceu esse risco e apoiou firmemente a mensagem de Waggoner e Jones (Knight, 2003, p. 72). Sua postura, contudo, certamente não foi algo inesperado, já antes da Conferência de Minneapolis, Ellen White vinha defendendo de forma consistente a doutrina da justificação pela fé, como parte central da experiência cristã (Stencel, 2009, p. 16; Zukowski, 2011, p. 25). Essa ênfase já se fazia presente, por exemplo, em um artigo de sua autoria publicado em 1882, intitulado “O Apelo”, no qual ela afirma:

devidos renunciar à nossa própria justiça e suplicar que nos seja imputada a justiça de Cristo. Precisamos confiar inteiramente em Cristo no que diz respeito à nossa força. O próprio eu tem de morrer. Precisamos reconhecer que tudo o que temos provém das insuperáveis riquezas da graça divina (White, 2004, v. 5, p. 219).

A conferência, portanto, serviu mais como um ponto de intensificação e confirmação pública dessa ênfase do que como um ponto de partida. Contudo, é impossível negar que a assembleia de 1888 marcou um ponto de inflexão. A mensagem apresentada por Ellet Joseph Waggoner e Alonzo Trévier Jones, centrada na justificação pela fé e na suficiência da graça de Cristo, veio como um chamado à Igreja Adventista para reorientar-se teologicamente e espiritualmente. Ao final, porém, não houve uma votação oficial aceitando ou rejeitando as proposições colocadas em pauta, também não foram feitas alterações nas doutrinas oficiais da Igreja Adventista, nem foi publicada qualquer declaração doutrinária oficial sobre a justificação pela fé ou sobre a interpretação de Gálatas (Rocha, 2009, p. 29). Porém, a firme e pública posição de Ellen Gould White em apoio à mensagem apresentada pelos jovens pastores fez grande diferença.

Reconhecida como profetiza pela Igreja, sua aprovação atribuiu peso espiritual e teológico à ênfase na justificação pela fé (Rodor, 2009, p. 98). Knight (2003, p. 152) declara:

de certo modo, é possível ver Jones e Waggoner como “vencedores” na batalha de Minneapolis. Não porque a assembleia tenha aceitado oficialmente seus pontos de vista, ou porque muitos dos delegados os adotaram pessoalmente. A suposta vitória deles foi mais modesta. Eles conseguiram trazer temas controversos à tona em Minneapolis, e obstruíram todas as tentativas de um voto para a elaboração de um credo. Ellen White os apoiou, e as administrações da Associação Geral de Olsen e Irwin os apoiariam durante toda a década de 1890.

Poucos anos após a Conferência de Minneapolis Ellen Gould White declarou:

em sua grande misericórdia, enviou o Senhor preciosa mensagem a Seu povo *por intermédio dos Pastores Waggoner e Jones*. Esta mensagem devia pôr de maneira mais preeminente diante do mundo o Salvador crucificado, o sacrifício pelos pecados de todo o mundo. Apresentava a justificação pela fé no Fiador; convidava o povo para receber a justiça de Cristo, que se manifesta na obediência a todos os mandamentos de Deus. *Muitos perderam Jesus de vista*. Deviam ter tido o olhar fixo em Sua divina pessoa, em Seus méritos e em Seu imutável amor pela família humana. (...) *Esta é a mensagem que Deus manda proclamar ao mundo*. É a terceira mensagem angélica que deve ser proclamada com alto clamor e regada com o derramamento de Seu Espírito Santo em grande medida (White, 2008, p. 91-92).

Por essa razão, mesmo sem respaldo institucional imediato, o evento de Minneapolis pode ser considerado, retrospectivamente, como um marco inaugural no processo de recepção da doutrina da “justificação pela fé” no adventismo, desencadeando debates, resistências e apropriações que se estenderiam nas décadas seguintes. Esses desdobramentos serão discutidos na sequência desse estudo.

ETAPAS DA RECEPÇÃO ADVENTISTA DA CONFERÊNCIA DE 1888

Para Brighenti, o fenômeno da recepção representa um processo que envolve basicamente quatro variáveis: o tempo, o espaço, os atores e o objeto em causa (Brighenti, 2019, p. 44). Para ele, a recepção no tempo, em linhas gerais, descreve um processo que acontece em duas fases denominadas “recepção kerigmática” e “recepção prática”. A “recepção kerigmática” refere-se ao empenho dos pastores e líderes da Igreja em divulgar as decisões do concílio e promover sua eficácia no seio da comunidade (Brighenti, 2009, p. 45).

A “recepção prática”, por sua vez, diz respeito ao momento em que essas decisões e ensinamentos se integram profundamente à vida da Igreja, tornando-se parte de sua vivência cotidiana. Esse segundo nível vai além de uma simples aplicação mecânica de normas ou orientações. Trata-se de uma verdadeira transformação – uma conversão – resultante da assimilação autêntica da mensagem no coração e na prática da comunidade eclesial (Brighenti, 2009, p. 45). Para os propósitos deste estudo, a recepção da Conferência de Minneapolis será analisada sob essas duas dimensões — *kerigmática* e *prática* — ao longo de quatro períodos distintos: 1888–1915, 1915–1950, 1950–1980 e de 1980 até a atualidade. O objetivo é

R. Rodrigues Ferreira; Naftali Guerra – A Conferência de Minneapolis...

demonstrar como essa mensagem foi acolhida, interpretada e apropriada no seio do adventismo ao longo do tempo.

RECEPÇÃO INICIAL (1888—1915): TENSÃO E AMBIGUIDADE

Enquanto processo no tempo, Brighenti sustenta que a recepção envolve “uma periodização em duas grandes etapas. Uma fase importante, a primeira, termina no momento em que os participantes da assembleia conciliar cessam de ser os protagonistas, ou seja, quando desaparece a geração dos que fizeram a assembleia, concomitantemente, há a projeção na vida eclesial das tensões que permearam o evento conciliar” (Brighenti, 2009, p. 44). Com base nesse referencial teórico, esta etapa do estudo propõe-se a analisar a recepção adventista da mensagem da justificação pela fé no período compreendido entre o encerramento da Assembleia da Conferência Geral de 1888 e a morte de Ellen White, em 1915 — considerada a última voz representativa da chamada “preciosa mensagem” ainda viva daquele evento.

Após o término da Conferência de 1888, a recepção inicial da mensagem de justificação pela fé apresentada por Alonzo Trévier Jones e Ellet Joseph Waggoner, com o apoio de Ellen White, foi amplamente negativa entre a liderança denominacional. Essa resistência gerou grande tensão e resultou em mudanças significativas na administração da Igreja logo após o encontro (Rocha, 2009, p. 30). O presidente da denominação George Ide Butler e o secretário Uriah Smith renunciaram, e Ole Andres Olsen foi eleito presidente. Contudo, o clima de conflito e desconfiança ainda persistia (Knight, 2003, p. 129-130).

A nova administração, contudo, reagiu positivamente à posição de Ellen Gould White e passou a dar ampla visibilidade a Jones e Waggoner durante a década de 1890. Eles ocuparam posições de destaque nas assembleias, publicações oficiais, instituições educacionais e treinamentos ministeriais, o que lhes permitiu disseminar a mensagem de justificação pela fé em várias frentes da denominação (KNIGHT, 2003, p. 130; RODOR, 2009, p. 86).

Ellen White, por sua vez, profundamente desapontada com a postura adotada por muitos líderes em 1888, embarcou em uma série de viagens ao lado de Jones e Waggoner, com o objetivo de levar diretamente ao povo e aos pastores a “preciosa mensagem” da justificação pela fé. Sete anos após a Conferência de Minneapolis, ela afirmou que a situação de rejeição à mensagem havia mudado a tal ponto que já não era mais necessário reunir os pastores para instruí-los acerca da mensagem da justificação pela fé (KNIGHT, 2003, p. 163).

R. Rodrigues Ferreira; Naftali Guerra – A Conferência de Minneapolis...

Contudo, ainda que houvesse entusiasmo e avanços, o processo de recepção encontrava-se em transição lenta entre a “recepção kerigmática”, caracterizada pela proclamação da mensagem, e a “recepção prática”, marcada por sua efetiva assimilação na vida da Igreja. Nesse sentido, Brighenti observa que a recepção de uma mensagem exige tempo e passa por etapas distintas, sendo a consolidação prática um movimento gradual que acompanha a interiorização e transformação da mentalidade eclesial. O autor declara

as reformas institucionais podem constituir o primeiro passo, o mais visível de uma transformação profunda das mentalidades mas, não são tudo, pois detrás de aparentes inovações e de reformas radicais, podem permanecer práticas antigas. Pode acontecer que os quadros institucionais mudem sem que a mentalidade seja afetada em profundidade pelo novo espírito conciliar. Seria uma mera recepção material, em que a real novidade é imunizada por adaptações superficiais. Não se pode confundir “reação” com “recepção”. A reação é apenas sinal de que a *recepção está em marcha e age no conjunto do corpo eclesial* (Brighenti, 2009, p. 45) [grifo nosso].

Concomitantemente com isso, Knight (2003, p. 165), historiador da denominação adventista, descreve a situação no período nos seguintes termos:

um problema muito mais sério do que a ostensiva e visível rejeição da mensagem de 1888 foi a tendência de alguns de aceitar a mensagem intelectualmente e deixar de internalizá-la, como parte da vida diária. Jones tocou nesse ponto em 1921. Ao relatar, em detalhes, as viagens que fez depois de Minneapolis na companhia de Ellen White e E. J. Waggoner, ele salientou: “Estas mensagens mudaram o comportamento das pessoas, e aparentemente da maioria dos líderes. Mas isso foi apenas aparente; nunca foi real, pois era notória a existência de um antagonismo secreto em operação. Infelizmente, a mudança não aconteceu, até mesmo entre os membros da comissão da Associação Geral”.

Embora muitos líderes e membros tenham passado a confiar novamente nos testemunhos de Ellen White e a reconhecer seu papel profético, a tensão instaurada em Minneapolis não foi plenamente resolvida nem a nova mentalidade plenamente internalizada (Knight, 2003, p. 133). Em 1903, faleceu Uriah Smith, um dos principais defensores do legalismo tradicional que permeava o adventismo até 1888 (Zukowski, 2011, p. 36). Após sua morte, outros teólogos continuaram expressando suas interpretações destoantes da nova ortodoxia (Schwarz; Greenleaf, 2016, p. 748). Dessa forma, os efeitos do conflito de 1888 ecoaram ao longo da década de 1890 e permaneceram como uma tensão teológica e institucional que chegou ao século XX (Knight, 2003, p. 133).

SILENCIAMENTO E MARGINALIZAÇÃO (1915—1950): A MEMÓRIA ESMAECIDA

A segunda etapa da recepção, segundo Brighenti (2009, p. 44), inicia-se após o desaparecimento da geração que participou da assembleia. A partir disso, “segue-se um período de síntese, a segunda fase, em que as igrejas locais vão assimilando metabolicamente o dado novo, integrando-o em sua vida concreta” (Brighenti, 2009, p. 44). Com base nesse referencial teórico, esta seção analisará o início desse “período de síntese” enquanto as seções seguintes abordarão os respectivos desdobramentos. Ellen White faleceu em 16 de julho de 1915, e sua ausência trouxe o risco de possível afastamento da mensagem central apresentada na Conferência de Minneapolis, em 1888. No entanto, Arthur Grosvenor Daniells — presidente da Conferência Geral entre 1901 e 1922 — teve um papel fundamental não apenas na reestruturação organizacional da Igreja Adventista do Sétimo Dia, mas também na consolidação doutrinária e promoção da mensagem da justificação pela fé (Rocha, 2009, p. 34).

Contudo, a despeito dos esforços de Daniells e de William Warren Prescott, vice-presidente da denominação, Paxton ([1986?], p. 11-13, 37) argumenta que a comunidade adventista não recebeu, nem fez maiores progressos teológicos em direção à compreensão da doutrina da “justificação pela fé” até a década de 1950. Como base para seu argumento, ele cita um trecho do livro de Daniells *“Cristo Nossa Justiça”*, no qual o ex-presidente declara:

foi profundamente lamentável que a mensagem da justiça em Cristo tenha encontrado oposição de homens zelosos e bem-intencionados na causa de Deus! Ela nunca foi *recebida*, nem *proclamada*, nem obteve livre curso como deveria para transmitir à Igreja as imensuráveis bênçãos que estavam envolvidas nela (Daniells, 2022, p. 36) [grifo nosso].

Esta declaração revela que a memória da mensagem de 1888 foi enfraquecida durante esse período. Essa revisão gerou considerável inquietação. Alguns estudiosos adventistas, em aparente oposição à perspectiva de Daniells, argumentaram que a mensagem de 1888 foi amplamente — e quase unanimemente — aceita pela Igreja após a conferência (Núñez, [s.d.], p. 131; Paxton, [1986?] p. 11). Diante desse cenário, surge a seguinte pergunta: entre 1915 e 1950, a Igreja Adventista do Sétimo Dia recebeu ou não recebeu a mensagem da justificação pela fé? Este estudo propõe, à luz da Teologia da recepção, que essa questão não deve ser respondida com o verbo “receber” conjugado no pretérito perfeito — “recebeu” ou “não recebeu” — pois esses indicam uma ação concluída no passado. Em vez disso, defende-se aqui

R. Rodrigues Ferreira; Naftali Guerra – A Conferência de Minneapolis...

o uso da forma verbal no presente contínuo, ou seja, a Igreja adventista esteve “recebendo”. Essa conjugação expressa um processo em desenvolvimento.

Segundo Brighenti, a assimilação das determinações de um concílio (ou, por analogia, de uma mensagem teológica) é um processo que “não pode obedecer a um calendário fixo, ao menos que se reduza o processo a um procedimento voluntarista e exterior” (Brighenti, 2009, p. 45), para ele, “a recepção prática passa das reformas institucionais à mentalidade, que induz inevitavelmente diferentes fases e etapas” (Brighenti, 2009, p. 45). Certamente o período de 1915 a 1950 representou uma dessas etapas. As demais serão analisadas na sequência deste estudo.

REDESCOBERTA E REINTERPRETAÇÃO (1950—1980): O DESPERTAR PARA 1888

Na década de 1950, a Igreja Adventista do Sétimo Dia se deparou com um cenário inédito: a oportunidade de estabelecer um diálogo aprofundado com representantes do protestantismo evangélico norte-americano. Tal abertura visava oferecer uma exposição sistemática das crenças centrais adventistas, com o intuito de demonstrar sua ortodoxia cristã perante o evangelicalismo tradicional. As reuniões iniciais ocorreram em março de 1955 e contaram com a participação de Le Roy Edwin Froom e Walter Rea, representando o lado adventista. Do lado evangélico, participaram Walter Martin e George Cannon. Posteriormente, Roy Anderson e Donald Barnhouse também se envolveram nas discussões (Knight, 2008, p. 12).

Martin apresentou quatro preocupações centrais em relação à teologia adventista: (a) a ideia de que a expiação não teria sido concluída na cruz; (b) a percepção de que a salvação seria resultado da graça combinada com as obras da lei; (c) a crença de que Cristo seria um ser criado, e não eterno; e (d) a noção de que Jesus teria assumido uma natureza humana caída e pecaminosa (Knight, 2008, p. 12).

No decorrer do diálogo, os representantes adventistas conseguiram dissipar boa parte das suspeitas, sobretudo quanto à doutrina da salvação. Demonstraram que a Igreja sustentava a justificação unicamente pela graça, embora, para isso, tenham considerado necessário retirar de circulação alguns livros que davam margem à ideia de que a guarda do sábado era condição para a salvação (Knight, 2008, p. 12). Esse fato revela que a assimilação plena da mensagem de “justificação pela fé”, tal como apresentada em 1888, ainda não havia sido completamente inculturada na teologia adventista até meados da década de 1950.

R. Rodrigues Ferreira; Naftali Guerra – A Conferência de Minneapolis...

O ponto de maior tensão, contudo, recaiu sobre a natureza humana de Cristo. Os teólogos calvinistas envolvidos no diálogo sustentavam que, caso Cristo tivesse assumido uma natureza pecaminosa, Ele necessariamente seria pecador, o que o desqualificaria como Salvador (Knight, 2008, p. 12-13). Esse raciocínio contrastava com a posição predominante entre os líderes adventistas da época, que majoritariamente criam que Cristo assumira a natureza humana decaída, embora sem pecado. Diante desse impasse cristológico, Froom e seus colegas, ao que tudo indica, não foram completamente transparentes ao apresentar a posição histórica da Igreja Adventista sobre o tema (Knight, 2008, p. 13).

De acordo com o testemunho de Barnhouse, os líderes adventistas afirmaram a ele e a Martin que “a maioria da denominação sempre sustentou” que Cristo possuía uma natureza sem pecado, santa e perfeita — mesmo reconhecendo que alguns autores adventistas haviam publicado posições contrárias, classificadas como “repugnantes” à visão oficial. Além disso, minimizavam esses desvios atribuindo-os à “extremidade lunática” da denominação, comparável a grupos marginais presentes em outros ramos do cristianismo fundamentalista (Knight, 2008, p. 13).

Como resultado dos diálogos, em 1957 foi publicado o livro *Questions on Doctrine*, cuja proposta era esclarecer mal-entendidos e afirmar que os adventistas compartilhavam das principais doutrinas fundamentais do cristianismo evangélico (Knight, 2008, p. 13). No entanto, na tentativa de encontrar uma linguagem comum com os interlocutores, a obra terminou por reformular especificamente a abordagem cristológica adventista ligada à natureza humana de Cristo. *Questions on Doctrine* passou a afirmar que Jesus encarnou com a natureza pré-lapsariana (isto é, anterior à queda), sem as fragilidades e inclinações próprias da humanidade decaída (Knight, 2008, p. 13–14).

Essa reformulação foi vista por muitos adventistas da chamada “linha histórica” como uma traição à mensagem de 1888 (Knight, 2008, p. 17), pois para E. J. Waggoner e A. T. Jones, Cristo assumiu a natureza humana caída — ainda que sem pecado — com o objetivo de ser um exemplo real e acessível aos seres humanos (Knight, 2003, p. 173; Zukowski, 2011, p. 19-20). Tal cristologia, no entanto, abria caminho para uma teologia de perfeição prática, sustentando que o ser humano poderia — e deveria — vencer o pecado como Cristo venceu (Zukowski, 2011, p. 19-20).

A cristologia apresentada em *Questions on Doctrine*, por sua vez, alterava profundamente essa lógica. Ao sustentar que Cristo veio em uma natureza diferente da dos seres humanos

R. Rodrigues Ferreira; Naftali Guerra – A Conferência de Minneapolis...

caídos, a vitória sobre o pecado passava a ser atribuída exclusivamente aos méritos de Jesus (Knight, 2008, p. 17). Assim, não se vence como Ele venceu, mas porque Ele venceu. Essa mudança, contudo, gerou forte reação por parte de segmentos adventistas que defendiam a visão perfeccionista da salvação. Esses grupos afirmavam que a vitória completa sobre o pecado não apenas era possível, mas essencial antes do fechamento da porta da graça. A chamada “geração final”, segundo essa teologia, deveria alcançar um estado de perfeição moral semelhante ao de Cristo (Knight, 2008, p. 17).

Para eles, a nova ênfase representava um afastamento da verdadeira mensagem de 1888 e uma tentativa de tornar o adventismo mais palatável aos evangélicos. Críticos como M. L. Andreasen, Robert Wieland e Donald Short interpretaram *Questions on Doctrine* como uma grave distorção doutrinária e uma rendição da identidade profética da Igreja (Knight, 2008, p. 17). A publicação simbolizava uma acomodação institucional que traía o papel reformador que, segundo entendiam, a mensagem de 1888 deveria exercer.

Na Teologia da recepção, variações interpretativas daquilo que é proferido em determinado concílio são possíveis e até esperadas a depender de fatores culturais e contextuais, tal fenômeno é denominado “recepção criativa” (BRIGHENTI, 2009, p. 47).

Brighenti (2009, p. 47) declara:

a apropriação enquanto assimilação metabólica, por um lado, põe em relevo quem recebe e, por outro, o próprio bem assimilado é necessariamente transformado. Trata-se de uma assimilação ativa que leva, inevitavelmente, a uma recepção pluriforme. Ora, se o próprio Evangelho conheceu formulações diferentes segundo as matrizes judaicas ou pagãs, com mais razão a interpelação de um concílio pode se expressar em formas diferentes.

Contudo, nesse sentido, é importante observar que esses intérpretes perfeccionistas não só interpretaram a mensagem da justificação pela fé a partir de uma perspectiva singular, mas é possível dizer que eles realizaram uma recepção seletiva e recontextualização radical da mensagem de 1888, que rompeu parcialmente com o seu espírito original. Ao enfatizarem a perfeição como meta a ser alcançada mediante cooperação humana quase sinérgica, eles reintroduziram elementos de legalismo que os próprios mensageiros de 1888 procuraram superar. Na prática, eles apenas retiraram a ênfase legalista da “justificação”, que segundo a mensagem de 1888 deveria ser obtida unicamente mediante a fé e recolocaram-na na “santificação”, ou seja, nessa perspectiva, o legalismo permanece como parte do processo de salvação, contudo travestido sob a forma de perfeição.

R. Rodrigues Ferreira; Naftali Guerra – A Conferência de Minneapolis...

Como resposta a essas releituras perfeccionistas, a Igreja Adventista passou a classificar tais movimentos como sectários, entendendo que suas posições e crenças eram “absurdas” (Knight, 2008, p. 20). A partir disso, a denominação avançou rumo a uma recepção mais fiel e amadurecida da mensagem de 1888, centrada na cruz, na graça e na confiança plena nos méritos de Cristo.

RELEITURAS CONTEMPORÂNEAS (1980—PRESENTE): DIVERSIDADE E POLARIZAÇÃO

Atualmente, a doutrina da justificação pela fé tem sido objeto de interpretações variadas dentro do adventismo contemporâneo, revelando um cenário de pluralidade teológica que desafia qualquer tentativa de uniformização doutrinária. Conforme apontado por Martín Weber e citado por Núñez, mesmo entre teólogos de renome — como Morris Venden, George Knight, Jack Sequeira, Ralph Larson e Graham Maxwell — há divergências significativas quanto ao entendimento dessa doutrina, apesar de todos afirmarem lealdade à mensagem de 1888 e recorrerem a fontes semelhantes (*apud* Núñez, [s.d.], p. 135). Essa diversidade não indica uma negação da doutrina, mas sim a complexidade de sua recepção e a influência de diferentes sensibilidades hermenêuticas e contextos históricos sobre sua formulação e aplicação prática no seio da Igreja.

A partir dos debates mais recorrentes, é possível identificar pelo menos quatro posições predominantes entre os adventistas: (a) uma leitura perfeccionista, que exige uma transformação moral prévia à justificação; (b) uma abordagem legalista, centrada na obediência como meio de salvação; (c) uma interpretação mais próxima da soteriologia evangélica clássica, com forte ênfase na graça; e (d) a posição oficial da Igreja Adventista, que busca o equilíbrio entre graça e lei, concebendo a lei como instrumento pedagógico que conduz o pecador a Cristo (Núñez, [s.d.], p. 136-137). Embora desafiador, esse espectro interpretativo pode ser compreendido como expressão legítima de um processo de recepção teológica em curso, no qual diferentes vozes buscam, à luz da Escritura e da história, traduzir a centralidade da justificação pela fé para os desafios do tempo presente.

IMPLICAÇÕES HERMENÊUTICAS E TEOLÓGICAS DA RECEPÇÃO DE 1888: TRADIÇÃO COMO PROCESSO VIVO

A Tradição, à luz da Teologia da recepção, deve ser compreendida como um processo vivo, dinâmico e dialógico — não como mera repetição do passado, mas como reapropriação contínua do dom recebido. Congar (1972, p. 284) foi enfático ao afirmar que a tradição autêntica não recusa a mudança, pois “o Espírito renova sem cessar o dado, mas não cria um outro substancialmente diferente”. Em outras palavras, a fidelidade à Tradição não exige estagnação, mas atualização que preserve a substância da fé no contexto das novas exigências históricas.

A Conferência de Minneapolis de 1888 representou, nesse horizonte, um momento decisivo de “ressourcement”, ou seja, um retorno às fontes evangélicas da justificação pela fé — agora como crítica a um legalismo funcional que havia se instalado na teologia e prática adventista. Já a crise cristológica da década de 1950, culminando na publicação de *Questions on Doctrine*, pode ser lida como um ponto de inflexão na recepção da mensagem de 1888, pois recontextualizou a doutrina da salvação em um esforço de diálogo com o evangelicalismo. Esse movimento expôs uma releitura perfeccionista da justificação e da santificação, que reintroduziu, sob nova roupagem, os mesmos perigos que a mensagem de 1888 havia desafiado.

Segundo Brighenti (2009, p. 47), essa trajetória evidencia que a recepção é sempre pluriforme, metabolizada de modo diverso por comunidades, gerações e contextos. É, como afirmou J. M. R. Thillard (*apud* Brighenti, 2009, p. 43), um “lento processo espiritual” e comunitário, que implica tensões, esquecimentos, reinterpretações e até resistências. Contudo, como processo vivo, a Tradição permanece aberta à conversão, sendo constantemente chamada a reencontrar no Evangelho o seu critério último de autenticidade. Essa concepção abre espaço para aprofundamentos teológicos à medida que a comunidade de fé avança em sua compreensão da Palavra de Deus, em coerência com o princípio de que a verdade bíblica é dinâmica e progressiva (Knight, 2000, p. 70), e o Espírito conduz o povo de Deus a toda a verdade (Jo 16:13).

Nesse horizonte hermenêutico, torna-se frutífero a continuidade do estudo sobre o tema bem como os diálogos interdenominacionais, a exemplo do que ocorreu na década de 1950, quando a Igreja Adventista buscou construir pontes com o evangelicalismo. Embora mantenha

R. Rodrigues Ferreira; Naftali Guerra – A Conferência de Minneapolis...

reservas quanto ao ecumenismo institucionalizado — por razões escatológicas e diferenças teológicas fundamentais —, a Igreja reconhece aspectos positivos do movimento ecumênico, “como a promoção de relações mais amáveis entre as igrejas, com base no diálogo em detrimento da crítica, a remoção de preconceitos infundados sobre outras igrejas e a defesa da liberdade religiosa e dos direitos humanos” (Furtado, 2020, p. 285-286).

Diante disso, a proposta de Furtado (2020, p. 255-322), com suas proposições de vias para o diálogo do adventismo com outras igrejas e religiões, apresenta-se como uma contribuição relevante para o avanço de uma Tradição não apenas viva, como também dialogal e em constante desenvolvimento.

A COMUNIDADE COMO SUJEITO HERMENÊUTICO

A Teologia da recepção reconhece que a Igreja — enquanto comunidade histórica e espiritual — não é um mero receptor passivo da verdade, mas sujeito ativo na escuta, interpretação e apropriação do Evangelho. Esse princípio se confirma de maneira evidente no processo de recepção da mensagem de 1888 pela comunidade adventista. Desde o início, a resposta à ênfase na justificação pela fé apresentada por Jones e Waggoner foi marcada por tensões, ambiguidades e resistências. Não houve uma adesão uniforme ou imediata, mas um processo complexo de reação, reinterpretação e assimilação progressiva, o que indica que a comunidade não apenas ouviu, mas também interpretou — e por vezes, reinterpretou — a mensagem conforme suas estruturas teológicas, culturais e institucionais.

Ao longo do século XX, esse processo deu origem a diversas leituras internas, desde rejeições veladas e esquecimentos institucionais, até redescobertas criativas e ressignificações perfeccionistas. Tal percurso pluriforme confirma a afirmação de Brighenti (2019, p. 47) de que a recepção envolve uma “assimilação ativa” e nunca é neutra. A comunidade de fé, portanto, exerce papel hermenêutico essencial, pois é nela que a Palavra ressoa, é debatida, recontextualizada e, por fim, vivida. A recepção da mensagem de 1888, com todas as suas etapas, revela o adventismo como sujeito eclesial que busca, mesmo em meio a conflitos, discernir a ação do Espírito e atualizar, em sua própria história, a centralidade do Evangelho da graça.

A FRAGILIDADE E A ESPERANÇA DA RECEPÇÃO

A atual diversidade de compreensões adventistas sobre a justificação pela fé, longe de ser um sinal de fracasso ou ausência de recepção, deve ser interpretada como expressão da complexidade e vitalidade do próprio processo de recepção. Conforme argumenta Brighenti (2009, p. 44-51), a assimilação da fé no interior da comunidade não ocorre de forma homogênea ou instantânea, mas por meio de uma pluralidade de respostas, condicionadas por contextos históricos, culturais e espirituais. A pluriformidade teológica adventista, especialmente visível nas releituras da mensagem de 1888, está em plena continuidade com os processos históricos de recepção vivenciados pela Igreja cristã ao longo dos séculos. A recepção, portanto, não é um dado conclusivo, mas uma travessia espiritual marcada por avanços, recuos e amadurecimentos.

É justamente nessa tensão entre fragilidade e potencial que reside a esperança da recepção. O fato de a comunidade continuar debatendo, reinterpretando e buscando compreender mais plenamente a centralidade da justiça de Cristo indica que o Espírito segue atuando em sua história. Como apontou J. M. R. Thillard (*apud* Brighenti, 2009, p. 43), o verdadeiro acolhimento da verdade cristã se dá “pela comunhão entre todos os membros do Povo de Deus, sobre a base do *sensus fidelium*”. Essa comunhão, ainda em formação, pode ser o clímax da recepção da mensagem de 1888 — um momento de *metanoia*, de mudança profunda de mentalidade e de convergência espiritual, no qual a Igreja reconheça, não apenas doutrinariamente, mas existencialmente, que “somos aceitos por Deus não por aquilo que fazemos, mas por aquilo que Cristo fez por nós” (Knight, 2003, p. 93).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da Conferência de Minneapolis de 1888 à luz da Teologia da recepção permitiu lançar luz sobre um dos eventos mais emblemáticos — e controversos — da história adventista. Em vez de compreender a mensagem da justificação pela fé como um ponto isolado no tempo ou como uma doutrina simplesmente aceita ou rejeitada, este estudo procurou enfatizar seu caráter processual, dinâmico e eclesial. Ao aplicar os conceitos elaborados por autores como Yves Congar, Agenor Brighenti e J. M. R. Thillard, foi possível enxergar o percurso adventista

R. Rodrigues Ferreira; Naftali Guerra – A Conferência de Minneapolis...

como um verdadeiro laboratório hermenêutico, no qual a comunidade de fé atua como sujeito na recepção progressiva de um dom espiritual.

A recepção da mensagem de 1888 não se deu sem tensões, resistências ou distorções. Houve momentos de rejeição explícita, de esquecimento institucional, de reparações seletivas e até de reformulações criativas que alteraram aspectos centrais do seu espírito original. Ainda assim, essa trajetória não deve ser interpretada como falência do processo, mas como sinal de sua vitalidade. A Igreja Adventista do Sétimo Dia, como corpo vivo e historicamente situado, mostrou-se capaz de escutar, questionar, reinterpretar e, gradualmente, integrar elementos centrais da justificação pela fé à sua identidade teológica e pastoral.

Nesse processo, observou-se também que os movimentos internos de recepção não foram unívocos. A pluriformidade teológica atual sobre a doutrina da justificação — que vai de releituras perfeccionistas a abordagens mais centradas na graça — demonstra que a recepção não caminha por linhas retas, mas em espiral, marcada por avanços e retrocessos, mas também por uma busca genuína de fidelidade ao Evangelho. A Teologia da recepção permite compreender essas tensões não como sinais de falha, mas como parte natural de uma recepção viva, marcada pela ação do Espírito em meio à diversidade de sensibilidades, contextos e gerações.

Dessa forma, o caso adventista não apenas se mostra compatível com os princípios da Teologia da recepção, mas oferece um exemplo fecundo de como a Tradição se realiza no tempo: não por imposição externa ou por repetição de fórmulas, mas por uma escuta progressiva e comunitária da Palavra. A mensagem de 1888, portanto, ainda está sendo recebida — e talvez, mais do que nunca, desafie a Igreja a uma *metanoia*, a uma renovação de mente e coração, capaz de gerar comunhão profunda e autêntica, enraizada no *sensus fidelium*.

Por fim, esta pesquisa aponta para a necessidade de novos estudos que aprofundem não apenas a história doutrinária da Igreja Adventista, mas também sua hermenêutica comunitária e espiritual. A recepção da graça não se conclui em um concílio, documento ou liderança, mas amadurece quando é vivida, proclamada e celebrada pelo povo de Deus. Que a memória de 1888 continue a desafiar e inspirar a Igreja a reencontrar, na justiça de Cristo, a fonte de sua missão e a essência de sua fé.

RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Os resultados desta pesquisa apontam para a importância de compreender o fenômeno da recepção da mensagem de 1888 como um processo dinâmico, marcado por múltiplas interpretações e reconfigurações ao longo do tempo, sobretudo no contexto da América do Norte. No entanto, tendo em vista a natureza contextual e cultural da recepção, recomenda-se que estudos futuros se dediquem a investigar como essa mesma mensagem foi (ou vem sendo) acolhida, interpretada e vivida em outros cenários eclesiais ao redor do mundo.

Como destaca Brighenti (2019, p. 48, grifo nosso), “as Igrejas locais, enquanto sujeitos da inculturação de um concílio geram uma *recepção pluriforme e pluricultural*, na medida em que nenhuma maneira de receber pode ser considerada absoluta. (...) Consequentemente, *uma determinada forma de recepção é apenas uma versão possível do dado recebido.*” Isso significa que, embora esta pesquisa tenha se concentrado principalmente na América do Norte, existem muitas outras “versões possíveis” da recepção da mensagem de 1888 que ainda carecem de exploração acadêmica.

Assim, recomenda-se o desenvolvimento de pesquisas que investiguem o processo de recepção da mensagem da justificação pela fé em contextos específicos, como a América do Sul, a África, a Europa Oriental ou o Sudeste Asiático. Tais estudos poderiam considerar variáveis como: a influência de culturas locais sobre a interpretação da mensagem; o papel de lideranças regionais na mediação teológica; e as interações entre tradições adventistas locais e a herança doutrinária vinda da Conferência de Mineápolis.

Ao abrir esse horizonte, este estudo contribui para a construção de uma teologia mais sensível à diversidade e à complexidade da experiência eclesial global enquanto reafirma o valor hermenêutico da Teologia da Recepção como ferramenta metodológica para a compreensão do desenvolvimento histórico-teológico da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

REFERÊNCIAS

BRIGHENTI, Agenor. **O processo de recepção de um Concílio na Igreja**: conceituação teológica e operacional. Revista Encontros Teológicos, [S.l.], v. 17, n. 2, 2019. DOI: 10.46525/ret.v17i2.1030. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/1030>. Acesso em: 9 maio 2025.

CONGAR, Yves. **A recepção como realidade eclesiológica**. Concilium, Petrópolis: Vozes, n. 77, p. 886–907, 1972.

DANIELLS, Arthur G. **Cristo nossa justiça**: o resgate de uma verdade eterna. Tradução de Inezil Penna Marinho. 2. ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2022.

FURTADO, Kevin Willian Kossar. **Por uma teologia adventista dialógica**: leitura das crenças fundamentais da Igreja Adventista do Sétimo Dia em perspectiva ecumênica e inter-religiosa. 2020. 370 f. Tese (Doutorado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Escola de Educação e Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Teologia, Curitiba, 2020.

KNIGHT, George R. **Questões sobre doutrina**: o clássico mais polêmico da história do adventismo. Notas e introdução histórica e teológica por George R. Knight. Edição anotada. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2008.

KNIGHT, George R. **A mensagem de 1888**: justificação pela fé em Cristo; a natureza humana de Jesus; perfeccionismo; a posição da irmã White em 1888. 1. ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2003.

KNIGHT, George R. **Uma Igreja mundial: a história do desenvolvimento da Igreja Adventista do Sétimo Dia**. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2000.

NÚÑEZ, Miguel Ángel. **A verdade progressiva**: desenvolvimento histórico da teologia adventista. 6. ed. Quart de les Valls, Valência, Espanha: [s.n.], [s.d.].

PAROSCHI, Wilson. **Antes e depois de Minneapolis**. Parousia: Revista da Faculdade Adventista de Teologia, Engenheiro Coelho, SP: Unaspres, v. 8, n. 1/2, p. 153–176, jan./dez. 2009.

PAXTON, Geoffrey J. **O abalo do adventismo**. Tradução não identificada. [S.l.]: Instituto Cristão de Pesquisas, [1986?].

ROCHA, José Miranda. **Unidade doutrinária e crescimento da Igreja Adventista no período pós-1888**. Parousia: Revista da Faculdade Adventista de Teologia, Engenheiro Coelho, SP: Unaspres, v. 8, n. 1/2, p. 25–40, jan./dez. 2009.

RODOR, Amin A. **A. T. Jones**: o declínio de um líder. Parousia: Revista da Faculdade Adventista de Teologia, Engenheiro Coelho, SP: Unaspres, v. 8, n. 1/2, p. 81–102, jan./dez. 2009.

SCHWARZ, Richard W.; GREENLEAF, Floyd. **Portadores de luz**: história da Igreja Adventista do Sétimo Dia. 2. ed. Engenheiro Coelho, SP: Unaspres – Imprensa Universitária Adventista, 2016.

R. Rodrigues Ferreira; Naftali Guerra – A Conferência de Minneapolis...

SOUZA, Ney de. **Cardeal Rossi e a recepção do Vaticano II em São Paulo**. Revista ATeo, Rio de Janeiro, v. 23, n. 63, p. 730–749, set./dez. 2019. ISSN 1676-3742. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/ATEO/Artigo46368.pdf>. Acesso em: 9 maio 2025.

STENCEL, Renato. **Tradição ou convicção?: o papel de Ellen G. White na compreensão da justificação pela fé**. Parousia: Revista da Faculdade Adventista de Teologia, Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, v. 8, n. 1/2, p. 9–24, jan./dez. 2009.

SUÁREZ, Roberto Pereyra. **O significado da mensagem de Minneapolis para os adventistas do século 21**. Parousia: Revista da Faculdade Adventista de Teologia, Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, v. 8, n. 1/2, p. 103–114, jan./dez. 2009.

WHITE, Ellen G. **Testemunhos para a Igreja**. Tradução de César L. Pagani. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2004. v. 5.

WHITE, Ellen G. **Testemunhos para ministros e obreiros evangélicos**. Tradução de Renato Bivar. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2008.

WOLTER, Berndt D. **Missão e crescimento: desafios ao movimento adventista**. Parousia: Revista da Faculdade Adventista de Teologia, Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, v. 8, n. 1/2, p. 41–58, jan./dez. 2009.

ZUKOWSKI, Jean. **A preciosa mensagem de 1888**. Kerygma: Revista de Teologia do Unasp, Engenheiro Coelho, v. 7, n. 2, p. 1–15, 2011. Disponível em: <https://revistas.unasp.edu.br/kerygma/article/view/137>. Acesso em: 8 maio 2025.

Abstract: this article analyzes the reception of the 1888 Minneapolis Conference within the Seventh-day Adventist Church in light of Reception Theology. It assumes that the message of justification by faith presented by Waggoner and Jones, with the support of Ellen White, initiated a dynamic process of theological appropriation. Drawing on thinkers such as Congar, Brighenti, and Thillard, the study identifies four stages in this reception: initial tension, silencing, rediscovery, and pluralism. It concludes that the reception of the 1888 message remains ongoing, challenging the Church to a renewed experience of Christ's righteousness.

Keywords: Reception theology. Adventism. Minneapolis Conference

Recebida em 17/06/2025

Aprovada para publicação em 01/08/2025